



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638919 - MG (2021/0003713-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : ROBERTO MENDES COSTA
ADVOGADO : ROBERTO MENDES COSTA - MG137044
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ANGELO FELIPE OLIVEIRA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANGELO FELIPE OLIVEIRA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (1.0000.20.569093-6/000).

Consta dos autos que o paciente foi preso temporariamente em 3/6/2020 pela suposta prática do crime previsto no art. 2º, §§ 2º e 4º, inciso I, da Lei n. 12.850/2013. A prisão foi convertida em preventiva pelo Juízo de primeira instância.

Sustenta o impetrante que há excesso de prazo para a formação da culpa.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura, para que o paciente aguarde em liberdade o julgamento do presente *writ*.

No mérito, pugna que o presente *habeas corpus* seja julgado integralmente procedente, confirmando-se a decisão liminar

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente